

Federação do Comércio de Bens, Serviços e
Turismo de Santa Catarina

ICF

Intenção de Consumo das Famílias

Núcleo de Estudos Estratégicos Fecomércio SC
Março de 2022

SUMÁRIO

SUMÁRIO EXECUTIVO	2
MOMENTO ATUAL: EMPREGO E RENDA.....	5
CONDIÇÕES DE CONSUMO: ACESSO AO CRÉDITO, MOMENTO PARA DURÁVEIS E CONSUMO	9
PERSPECTIVAS: PROFISSIONAL E CONSUMO	14
METODOLOGIA.....	16

SUMÁRIO EXECUTIVO

A Intenção de Consumo das Famílias Catarinenses (ICF) encerrou o primeiro trimestre de 2022 em taxa negativa e interrompeu a trajetória de recuperação que manteve por três meses seguidos. Assim, a satisfação das famílias segue em níveis extremamente baixos, ao situar-se em 52,9 pontos, vigésimo segundo mês sucessivo nesse patamar, queda de 1,8% diante do mês anterior. No comparativo anual, o crescimento foi de 4,5%, reforçando a tendência de crescimento e do cenário epidemiológico mais positivo.

Ainda, o movimento de retomada econômica e o avanço da imunização não foram suficientes para reverter os níveis de confiança dos consumidores do Estado, que permanecem todos em patamares pessimistas, inclusive, são inferiores ao período pré-crise, sendo o nível de consumo atual das famílias o mais impactados negativamente, com diferença 93,1% frente a fevereiro de 2020.

O resultado negativo do mês alcançou a minoria dos componentes do ICF, somente, as perspectivas profissionais e o índice de momentos para duráveis tiveram queda na passagem do mês de 12,79% e 7,12%, respectivamente. Em fevereiro o Governo Federal editou decreto para a redução de alíquotas de impostos sobre produtos industrializados, que afeta diretamente os bens duráveis, entretanto, a medida fiscal por hora não resultou em maior confiança dos consumidores para a compra desses produtos.

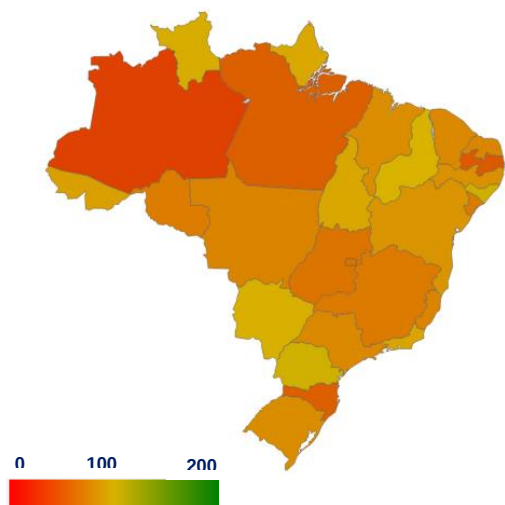
Do lado positivo, o nível de consumo atual voltou a crescer, após forte deterioração no mês anterior, alta 7,24%. Apesar da elevação, o índice segue como o mais impactado pela crise e tem perdas de 72,49% frente a igual período do ano anterior. Ainda, a perspectivas de médio prazo para o consumo também avançou, mas em ritmo lento e gradativo, com alta de 0,83%. Esse resultado positivo das perspectivas futuras mitiga impactos maiores sobre o ICF, em razão disso, o cenário positivo é um estímulo para a permanência da retomada da confiança das famílias.

Intenção de Consumo das famílias catarinenses interrompe recuperação ao retroceder 1,83% em março

O indicador ficou em 52,9 pontos numa escala de 0 a 200

Sata Catarina							
Indicadores	fev/20	mar/21	fev/22	mar/22	VARIAÇÃO MENSAL	VARIAÇÃO ANUAL - Igual período	VARIAÇÃO ANUAL - Fev.2020 (pré-pandemia)
Emprego Atual	123,5	61,7	60,6	61,6	1,63%	-0,17%	-50,1%
Perspectiva Profissional	143,2	81,1	85,4	74,5	-12,79%	-8,09%	-48,0%
Renda Atual	121,3	54,0	75,5	78,1	3,49%	44,74%	-35,6%
Acesso ao Crédito	110,0	54,9	58,0	60,4	4,09%	10,03%	-45,1%
Nível de Consumo Atual	92,2	23,1	5,9	6,3	7,24%	-72,49%	-93,1%
Perspectiva de consumo	111,1	40,5	51,9	52,3	0,83%	29,36%	-52,9%
Momento para duráveis	83,2	39,1	39,6	36,8	-7,12%	-5,77%	-55,8%
ICF	112,1	50,6	53,9	52,9	-1,83%	4,49%	-52,8%

Índice do ICF por Estado – mar. 2022



A Intenção de Consumo das Famílias (ICF) encerrou o primeiro trimestre de 2022 em cenário pessimista ao situar-se em 52,9 pontos. Ainda, as famílias mantêm o ciclo de patamar negativo em termos absolutos pelo vigésimo terceiro mês consecutivo, movimento que resulta na segunda maior sequência negativa desde o início da série histórica em janeiro de 2010. O maior intervalo pessimista ocorreu entre fevereiro de 2017 e janeiro de 2019, ou seja, por vinte e quatro meses sucessivos, a intenção de consumo das famílias permaneceu em níveis negativos. Entretanto, o panorama atual é mais grave, pois as perdas são mais acentuadas, naquele momento o índice mínimo foi de 88,7 pontos, já nesta fase, o índice atingiu 49,5 pontos.

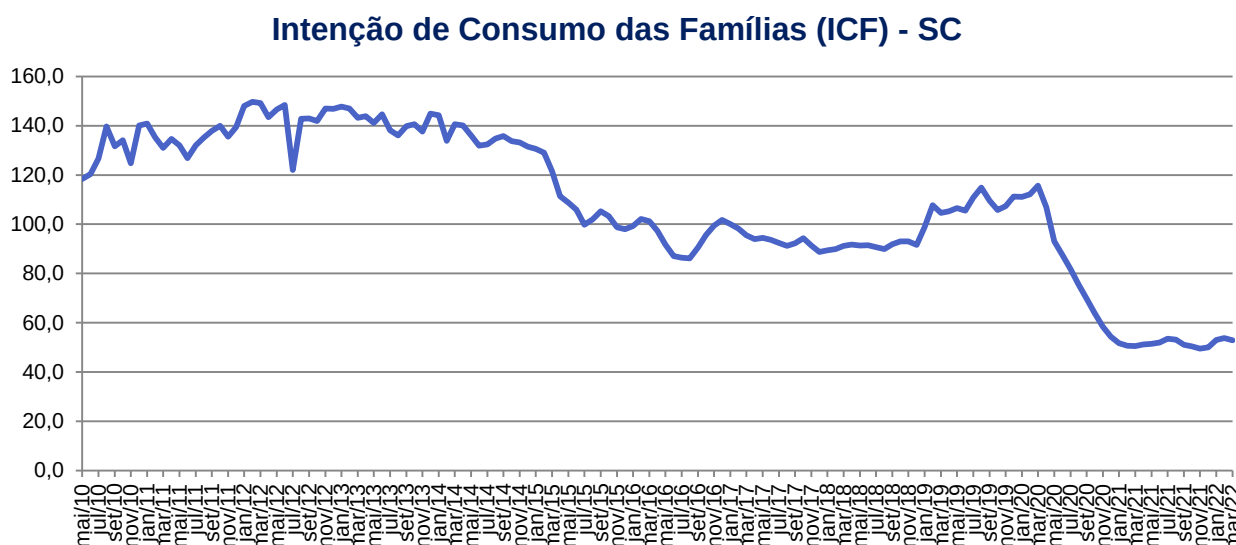
Em março, o índice interrompeu a trajetória de recuperação ao reduzir 1,8% diante do mês anterior. Até fevereiro de 2022, a intenção de consumo esboçou uma reação ao crescer por três meses seguidos, esse era o ciclo positivo é o mais intenso desde o início da crise da pandemia, com média de crescimento mensal de 2,9%, somente, entre abril e julho de 2021, o índice apresentou movimento de alta, mas a média naquele momento foi de 1,4%. Assim, a deterioração do consumo durante a crise segue elevado e o índice está 52,8% abaixo do período pré-crise.

Mantendo o cenário do mês passado, o nível pessimista predomina nas unidades federativas, exceto no estado do Paraná (104,1 pontos) e em Alagoas

(104,5 pontos). Esse é um sinal de muita insegurança das famílias e das dificuldades ocasionadas pela aceleração dos níveis de preços e do aumento das taxas de juros, que corrói o poder de compra limitando o consumo e o crescimento econômico. Mesmo com níveis pessimistas na grande maioria dos Estados, houve tendência de recuperação vista em Santa Catarina em dezoito Estados.

No comparativo anual, o percurso positivo desacelerou, com alta de 4,5%, após avançar 6,2% em fevereiro do ano corrente. De todo modo, a trajetória alcança o terceiro mês consecutivo, condição que foi iniciada em janeiro, quando o índice reverteu o movimento negativo que ocorria desde maio de 2020, ou seja, foram vinte meses sucessivas quedas. Esse resultado fortalece o sinal de recuperação das famílias diante de um contexto epidemiológico mais estável comparado a 2021 e 2020.

Embora a confiança das famílias tenha reduzido, a maioria dos indicadores que compõem o ICF cresceu na passagem do mês, com destaque para o nível do consumo atual (7,24%) e o acesso ao crédito (4,09%). Porém, do lado negativo, o índice de Perspectiva profissional voltou a cair (-12,8%) e o movimentos para duráveis acelerou o ritmo de queda (-7,1%).



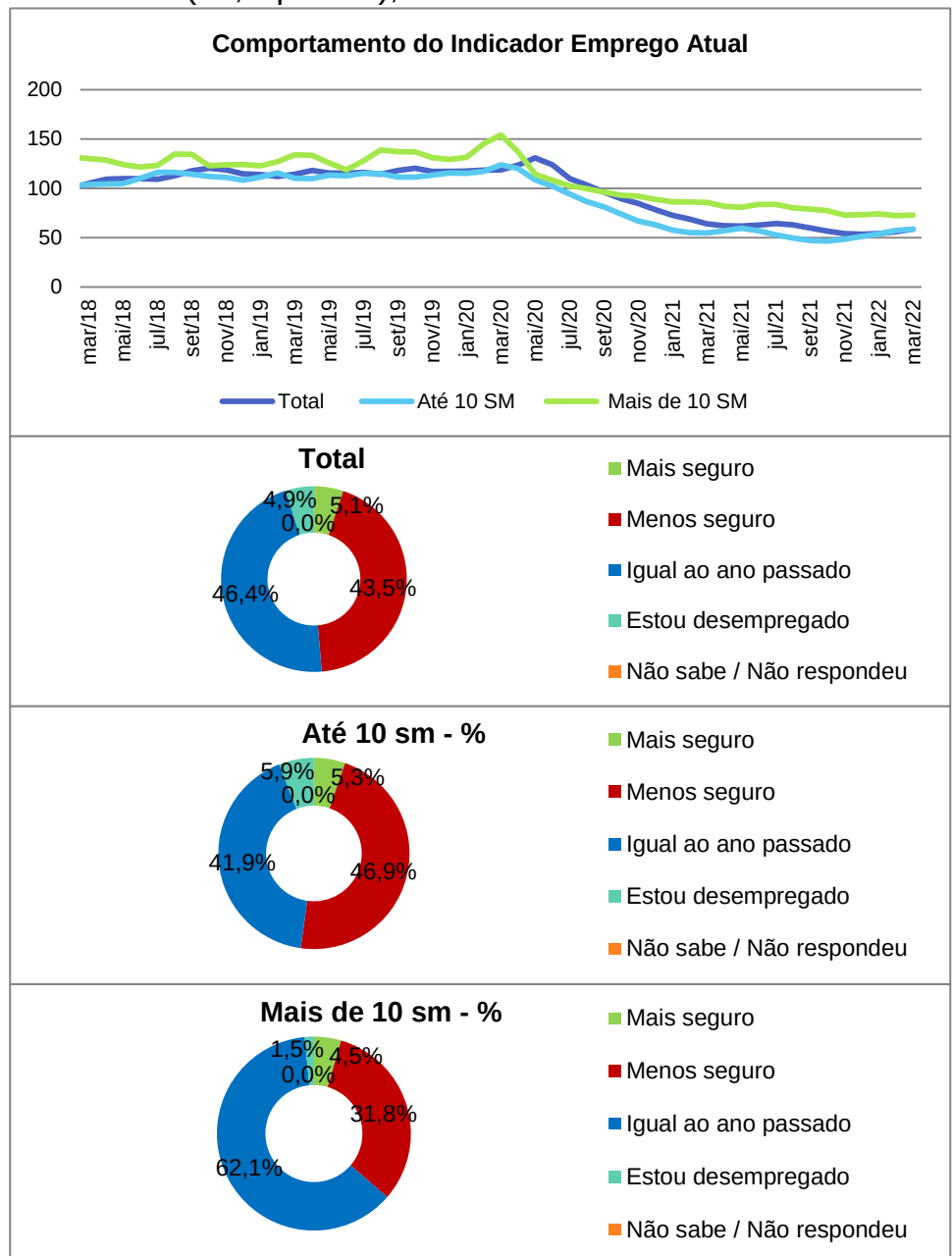
A pesquisa de Intenção de Consumo das Famílias permite avaliar tanto a situação atual quanto às expectativas e perspectivas dos principais aspectos relacionados ao consumo no estado de Santa Catarina, também é possível analisar os dados conforme recorte de faixa de renda familiar menor ou maior que 10 salários mínimos (SM).

MOMENTO ATUAL: EMPREGO E RENDA

A expectativa das famílias para o **Emprego Atual** fecha o primeiro trimestre de 2022 em recuperação e em tendência de crescimento, ao crescer 1,6% na passagem do mês. Desde que atingiu a mínima histórica em termos de pontos no mês de outubro de 2021 (53,4 pontos), o índice mantém resultados positivos, assim, a taxa média de crescimento nesse período foi de 2,9%.

Esse cenário mais positivo está em linha com o mercado formal de emprego no Estado, que avançou fortemente em 2021 e recuperou grande parte dos postos de trabalho, ao criar 167.854 novas vagas de emprego, o quinto melhor resultado em número absoluto dentre as unidades da federação. Esse resultado é visível na queda da taxa de desocupação em Santa Catarina, que apresentou trajetórias de redução por três trimestres seguidos e encerrou a 4,3% no 4º trimestre de 2021. O mercado de trabalho formal catarinense encerrou o 1º trimestre de 2022 com saldo positivo, ao criar 64.038 novas vagas de

emprego, o resultado foi o 2º melhor desempenho em número absoluto dentre as unidades da federação. O volume expressivo na criação de postos de trabalho, comparado aos demais Estados, mostra a força da diversidade da economia catarinense. Assim, o Estado atingiu 2,33 milhões de empregados



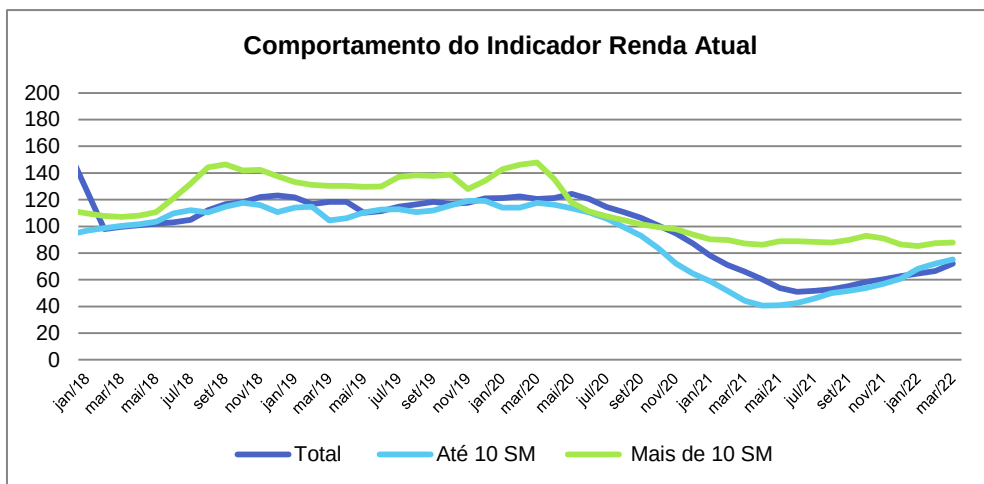
formais em março de 2022, alta de 6,8% em relação ao mesmo período do ano anterior e avanço de 10,8% frente a 2020.

Por outro lado, o resultado segue sendo insuficiente para reverter às perdas e a insegurança das famílias quanto ao emprego atual ocasionadas pela pandemia, por isso, o índice está 50,1% menor que do nível pré-crise (fevereiro de 2020). Assim, a condição dos consumidores que persiste pessimista, ao situar-se em 61,6 pontos – valor considerado de sólido pessimismo numa escala que vai de 0 a 200. Ainda, o indicador completa 21 períodos consecutivos em patamar negativo, o maior intervalo de insegurança e com perspectivas negativas quanto ao emprego atual desde o início da pesquisa, mesmo nas crises anteriores, as famílias apresentaram momentos otimistas quanto ao emprego.

Ao analisar o mesmo período do ano anterior, a trajetória de queda chegou ao 23º mês consecutivo, ao cair 0,2% diante de março de 2021. A insegurança das famílias é notada pela 43,5% dos entrevistados que indicam estarem menos seguros na permanência do Emprego Atual e apenas 5,1% se sentem mais seguros no emprego. Em março de 2020, primeiro mês da crise da pandemia no Estado, 44,2% das famílias indicaram estar mais seguras no emprego atual, situação distinta da deste ano. Outro fator oposto é a quantidade de desemprego, naquele momento a pesquisa apontou 15,8%, enquanto que neste mês, foram 4,9%.

Com relação às faixas de renda analisadas na pesquisa, a tendência acompanha o indicador principal quanto ao grau pessimista das famílias. O impacto do emprego no grau de satisfação parece ser mais sentido para as famílias com renda abaixo de 10 SM, que apontou no mês 58,4 pontos, aumento de 1,97% frente ao mês anterior. Já para a faixa acima de 10 SM o índice é de 72,2 pontos, após queda de 2,72% no mês anterior, voltou a crescer 0,7% em março. Apesar de ambos estarem em patamar pessimista em termos absolutos, a maioria das famílias com renda maior indicam condição equivalente ao ano passado (62,1%) para a permanência no emprego atual, enquanto 46,9% com renda menor afirmam estar menos seguros.

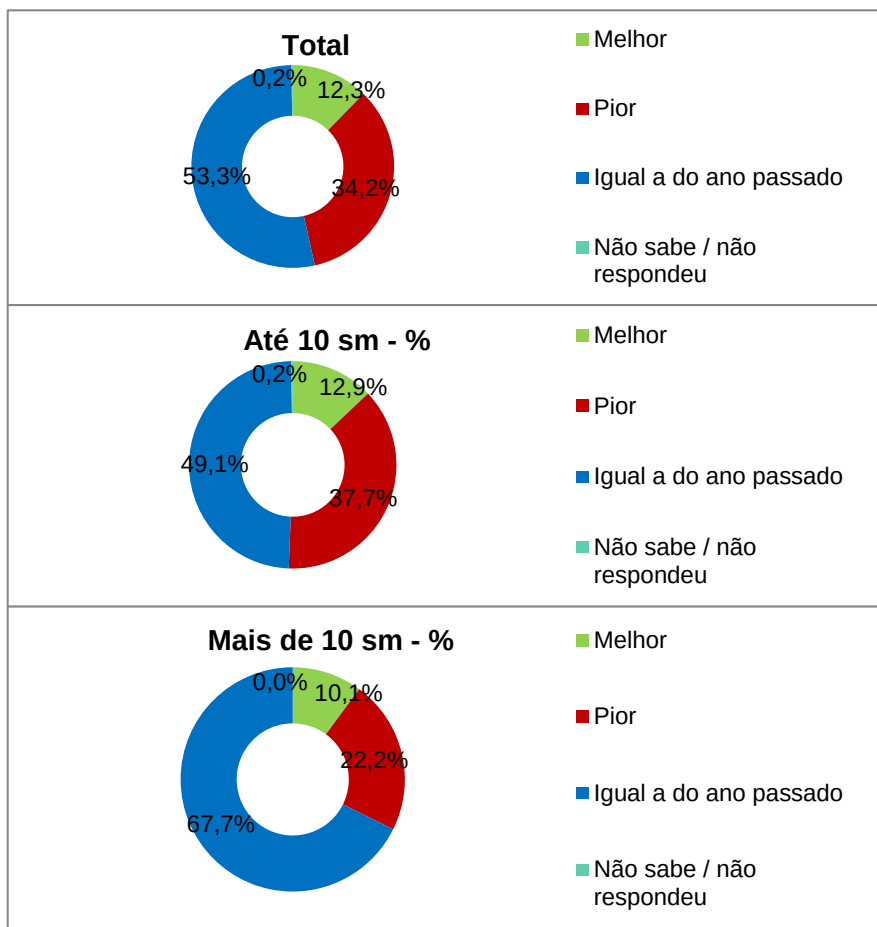
O indicador **da Renda Atual** apresenta o maior intervalo de recuperação dentre os indicadores do ICF, por consequência, é o índice menos afetado pela crise entre os demais componentes do ICF, ao estar



35,6% menor que em fevereiro de 2020. Em março, o movimento de alta permaneceu pelo décimo primeiro mês sucessivo, com alta de 3,5% diante do mês anterior. O resultado positivo dos últimos meses não foi suficiente para reverter o nível de confiança, que segue pessimista, ao situar-se em 78,1 pontos. Na variação anual, a renda atual acelerou o movimento ascendente ao avançar 44,7% frente a fevereiro de 2021. Esse resultado deve-se à base de comparação reduzida devido aos efeitos da segunda onda do COVID-19, momento mais grave da crise que resultou na sobrecarga do sistema de saúde no Estado.

A criação dos postos de trabalho reforça a renda das famílias catarinenses, mas, observa-se que o avanço da renda não está sendo revertido na ampliação do consumo atual, que sofre a maior deterioração dentre os indicadores. Ainda, a renda melhor pode estar atrelada aos valores nominais, pois em termos reais apresenta quedas permanentes.

Entre o 1º trimestre de 2020 e 4º trimestre de 2022, a renda real dos trabalhadores de Santa Catarina passou de R\$ 2.959,00 para R\$ 2.823,00, queda de 4,6%. Portanto, mesmo com a ampliação da renda, a inflação reduz o poder de compra e mitiga o processo de retomada econômica. Desde o início da pandemia, a pressão dos preços alcançou em março de 2022 o maior nível, ao atingir 73,16% dos produtos, segundo o índice de difusão, mensurado pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e que mostra o percentual de itens com aumento de preços. Ainda, o Índice Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) permanece em tendência de alta pelo terceiro mês consecutivo e sem sinais de arrefecimento em curto prazo, ao avançar 1,67% na passagem do mês, depois de variar 1,01% no mês anterior. A taxa do março foi o maior para igual período desde 1994, naquele momento o índice alcançou 42,75%, momento que



antecedeu os efeitos da implementação do Plano Real e da entrada em circulação do real em 1º de julho de 1994.

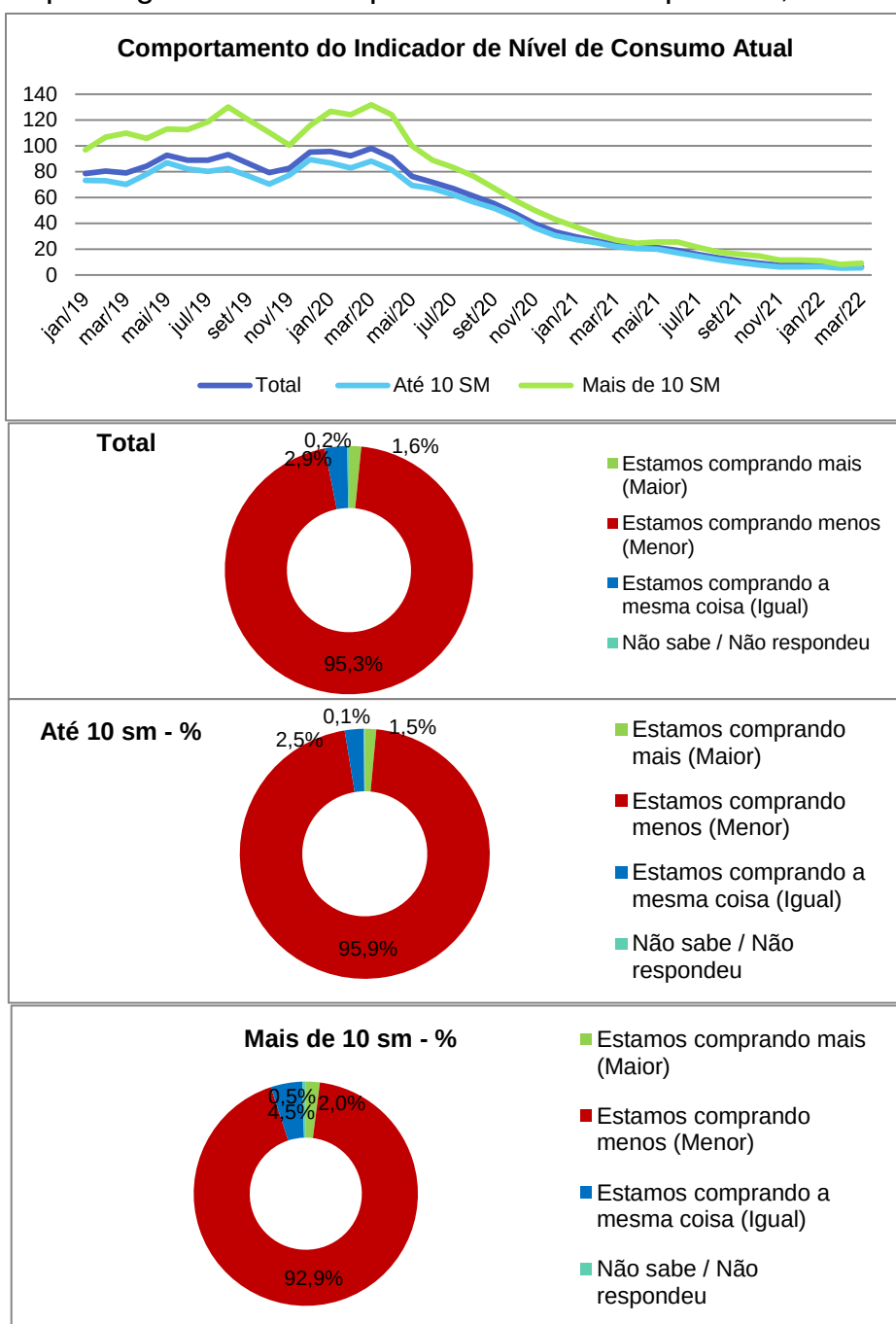
Apesar da evolução no indicador, nota-se que o caminho para reverter as perdas da pandemia ainda é longo. São 37,7% dos entrevistados indicando estar com renda pior que no ano anterior, resultado muito superior ao registrado em igual período de 2020, naquele momento cerca de 19,1% das famílias afirmaram ter renda pior. Cenário equivalente para as famílias com renda melhor, no início da pandemia esse grupo era predominante entre os entrevistados (43,5%), mas em março de 2022 foi de apenas 12,3%.

Ao analisar as faixas de renda, o impacto no indicador de renda atual é mais acentuado para as famílias com renda até 10 SM. Esse resultado é visível na manifestação de 22,2% das famílias com renda acima de 10 SM, que afirmam ter renda pior que no ano anterior, enquanto 37,7% das famílias com renda menor que 10 SM indicam essa condição.

CONDIÇÕES DE CONSUMO: ACESSO AO CRÉDITO, MOMENTO PARA DURÁVEIS E CONSUMO

O indicador do **nível de consumo atual** chegou ao menor nível da série histórica em termos absolutos (5,9 pontos) no mês anterior, quando caiu 25,1%. Já em março, o índice mostra sinais de recuperação ao interromper a trajetória negativa e avançar 7,2% na passagem do mês. Apesar do resultado positivo, o consumo atual está em nível pessimista ao situar-se em 6,3 pontos, o segundo menor patamar da série.

Este é o componente com maior impacto negativo do ICF com perdas no comparativo anual de igual período de 72,5% e 93,1% diante de fevereiro de 2020 (pré-pandemia). No ano passado, o índice sofreu forte deterioração, com média mensal negativa de 11,5%, assim, renovou a mínima histórica por quatorze meses consecutivos, o maior ciclo entre os indicadores do ICF na história da pesquisa. Importante notar que o índice já estava em patamares negativos, mesmo antes da pandemia, e sofre efeitos desde a crise de 2015 e 2016, não recuperando a confiança otimista desde fevereiro de 2015. Mas esse ciclo da pandemia é marcado



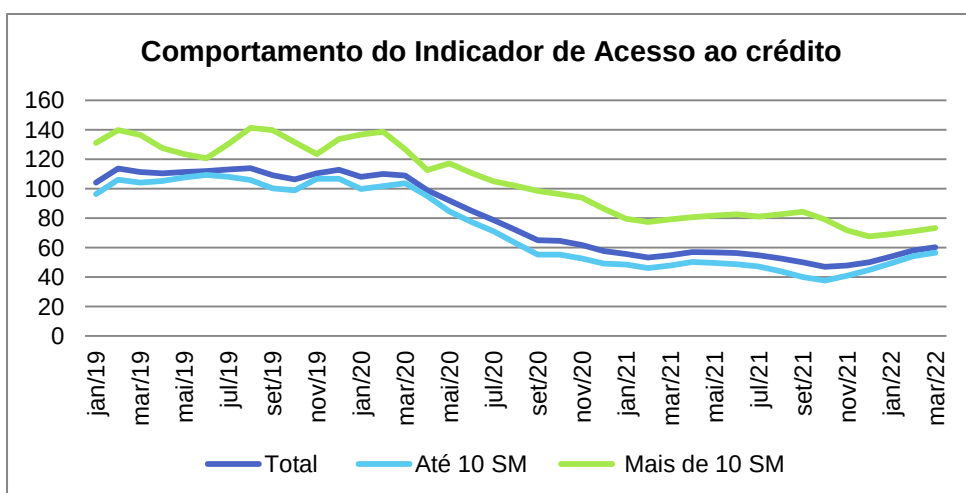
por mínimas históricas e não apresenta tendências de recuperação em curto prazo.

Nota-se que o impacto da pandemia sobre o nível de consumo ocorreu de maneira bastante similar para as duas faixas de renda analisadas, além disso, também está em ciclo de mínimas históricas série neste mês em termos absolutos, alcançando 5,2 pontos na menor renda e 9,1 pontos na maior, segundo menor nível da série.

A aceleração na deterioração do consumo atual também é visível nas respostas dos consumidores, resultado similar ao mês anterior. A pesquisa aponta que 95,3% dos consumidores relatam estarem comprando menos do que antes e, somente, 1,6% afirmam estarem comprando mais que antes. Valores opostos na comparação período pré-crise, onde 36,8% das famílias indicavam estarem comprando menos do que antes e 29,0% comprando mais.

Com relação às faixas de renda, esse cenário é equivalente para ambos os grupos. São 92,9% dos entrevistados com renda acima de 10 SM relatam estarem comprando menos que antes e 95,9% para famílias com renda abaixo de 10 SM também indicam menos compras. A queda no consumo está relacionada aos impactos inflacionários, que corrói o poder de compra dos consumidores. Esse resultado é preocupante e indica que a retomada econômica pode ser freada se a intenção foi confirmada. Essa situação já é verificada nas pesquisas do IBGE para o setor de serviços. Em fevereiro, os serviços mantêm trajetória negativa e de forma consecutiva ao registrarem queda de 2,0% frente ao mês imediatamente anterior, após cair 4,7% em janeiro.

O componente de **Acesso ao Crédito** permanece em movimento positivo ao crescer pelo quinto mês consecutivo, alta de 4,1% diante do mês anterior. Esse resultado ocorre depois de atingir o menor patamar da série histórica da pesquisa em outubro (47,1 pontos). Assim, em 2022 o índice apresenta média mensal de crescimento de 6,5%, a maior dentre os componentes do ICF. No comparativo anual, acelerou o crescimento para 10,0%, após avançar 8,8% em fevereiro, mas ainda está 45,1% do patamar pré-crise. De todo modo, a sequência positiva foi insuficiente

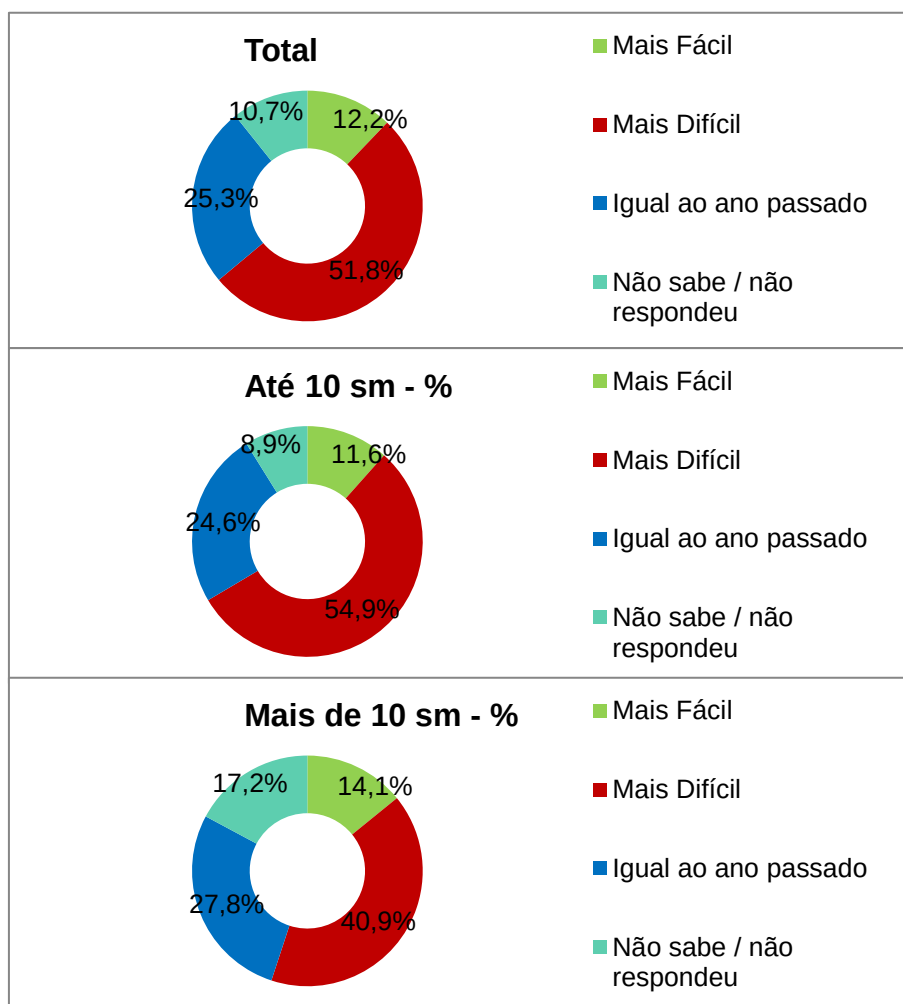


para reverter a confiança das famílias, que permanecem em nível pessimista ao situar-se em 52,9 pontos.

O cenário de dificuldades do crédito está atrelado em parte ao aumento na taxa SELIC que ocorre desde março de 2021, que resultou na elevação da taxa de 2,0% (mínima histórica) para 11,75% ao ano. No âmbito das expectativas de mercado, o aperto monetário deve ser intensificado até atingir 13,25% em 2022, segundo dados do Relatório de Mercado Focus de 29 de abril de 2022. Ainda que a elevação das taxas de juros sugira maior restrição ao crédito, o avanço nesse indicador pode estar ligado à ampliação da liquidez no sistema financeiro para

novos empréstimos e financiamentos, medida econômica realizada no início da pandemia, mas que ainda persiste. Além disso, as famílias catarinenses estão apresentando equilíbrio orçamentário durante o ano de 2021, resultado demonstrado na pesquisa de endividamento e inadimplência realizada pela entidade. Em fevereiro, as famílias com dívidas e que afirmam estarem “muito endividadas” atingiram o menor nível da série histórica, apenas 2,9%, queda de 0,7% diante do mês anterior. Na comparação com igual período do ano anterior, a redução foi de 3,4 p.p., mas a queda é mais expressiva ao analisar antes da pandemia, quando o índice estava na ordem de 9,4% em 2018 e 10,1% em 2019. Esses fatores impulsionaram a probabilidade de acessar o crédito ou realizar compras de bens e serviços de forma parcelada.

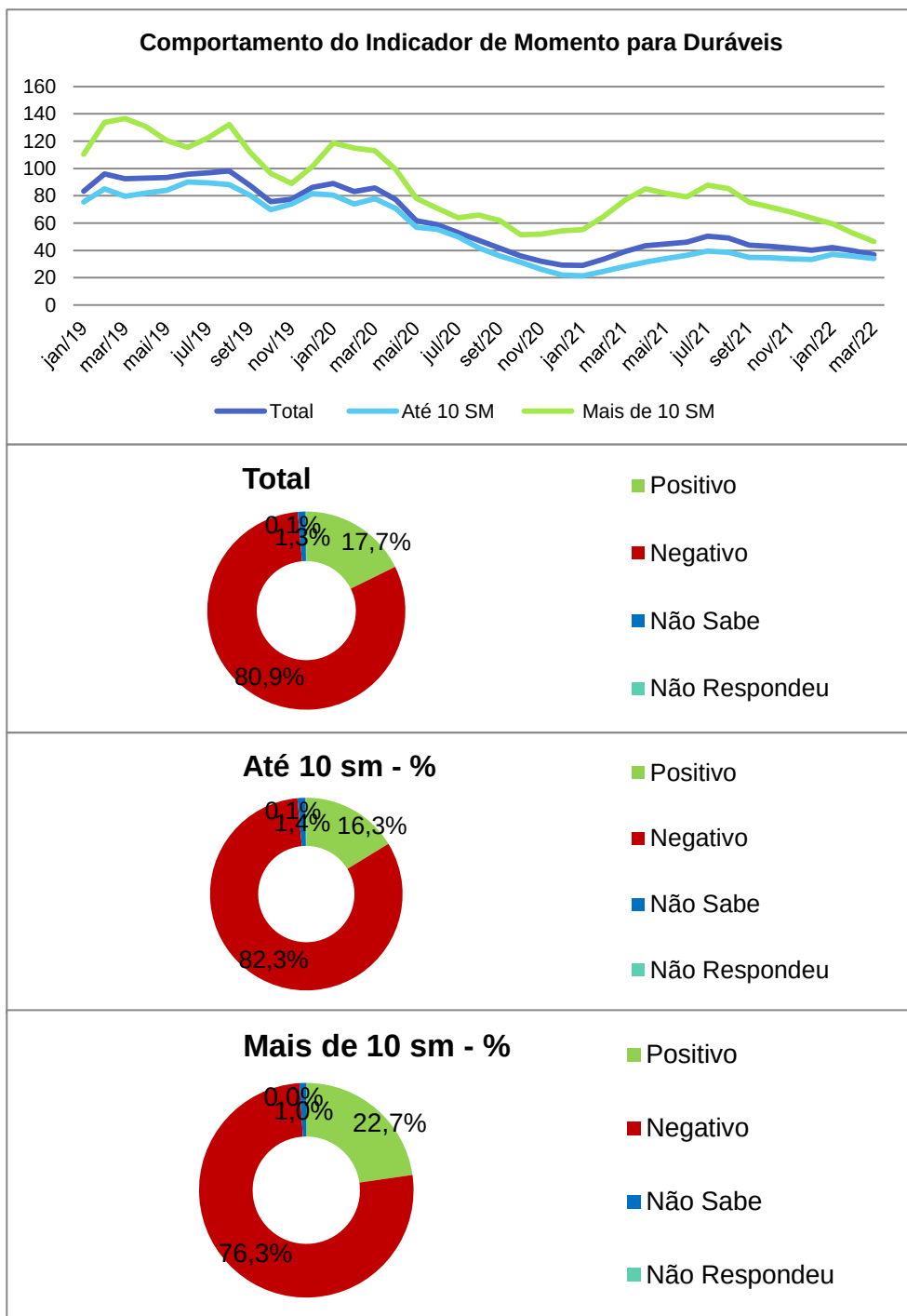
A proporção das famílias que acreditam que comprar a prazo está mais difícil teve redução de 1,5 p.p na passagem do mês, alcançando em março 51,8% dos entrevistados. Movimento equivalente para a proporção de consumidores que acredita que a compra a prazo ou o acesso ao crédito está



“Mais Fácil”, passando de 11,4% para 12,2% neste mês. Na comparação com o grupo de renda, a tendência de crescimento também é notada tanto para o grupo de maior renda (+2,8%), bem como para a menor renda (4,6%), mas ambos seguem apontando patamares pessimistas em termo absolutos, 73,2 pontos e 56,7 pontos, respectivamente.

O **momento para duráveis** acelerou tendência negativa ao reduzir 7,1% na passagem do mês, após cair 5,9% em fevereiro. No comparativo anual, o índice interrompeu a trajetória de crescimento que se mantinha por sete meses consecutivos, ao cair 5,8%. Importante notar que em termo absoluto, o momento para duráveis situa-se abaixo dos 100 pontos por 63 meses seguidos (desde dezembro de 2016), o que indica a persistência do patamar negativo mesmo antes da pandemia.

O indicador encerrou fevereiro a 36,8 pontos. Esse nível é considerado ainda muito preocupante em termos absolutos e mesmo com as medidas físicas de redução do imposto industrializado para bens duráveis em até 25% iniciada fevereiro por meio do Decreto nº



10.979, de 25 de fevereiro de 2022 o índice não apresentou sinais de recuperação. Ainda, o Governo Federal editou nova alteração na alíquota de impostos para produtos industrializados em maio do ano corrente (Decreto nº 11.055, de 28 de abril de 2022) para diversos produtos, com reduções de 35% das alíquotas. Essas medidas são alternativas para incentivar o consumo de bens duráveis, mas com a renda menor e o orçamento das famílias reduzido, até o momento não provocou mudanças na confiança dos consumidores.

A parcela de consumidores que acreditam ser um momento negativo para compras deste tipo de produto atingiu 80,9%, 1,0 p.p. maior que o mês anterior (79,3%). A proporção dos consumidores que acreditam ser um momento positivo para essas compras alcançou 17,7%, queda 0,9 p.p. diante do mês passado (18,9%). O elevado patamar pessimista reflete a maior restrição no acesso ao crédito observada na prática e a elevação dos juros de mercado comparado ao ano anterior, assim, como é uma reação por parte dos consumidores frente ao cenário de incerteza futura, que o leva a adotar uma postura conservadora no consumo, evitando realizar gastos mais vultosos e o possível comprometimento da renda.

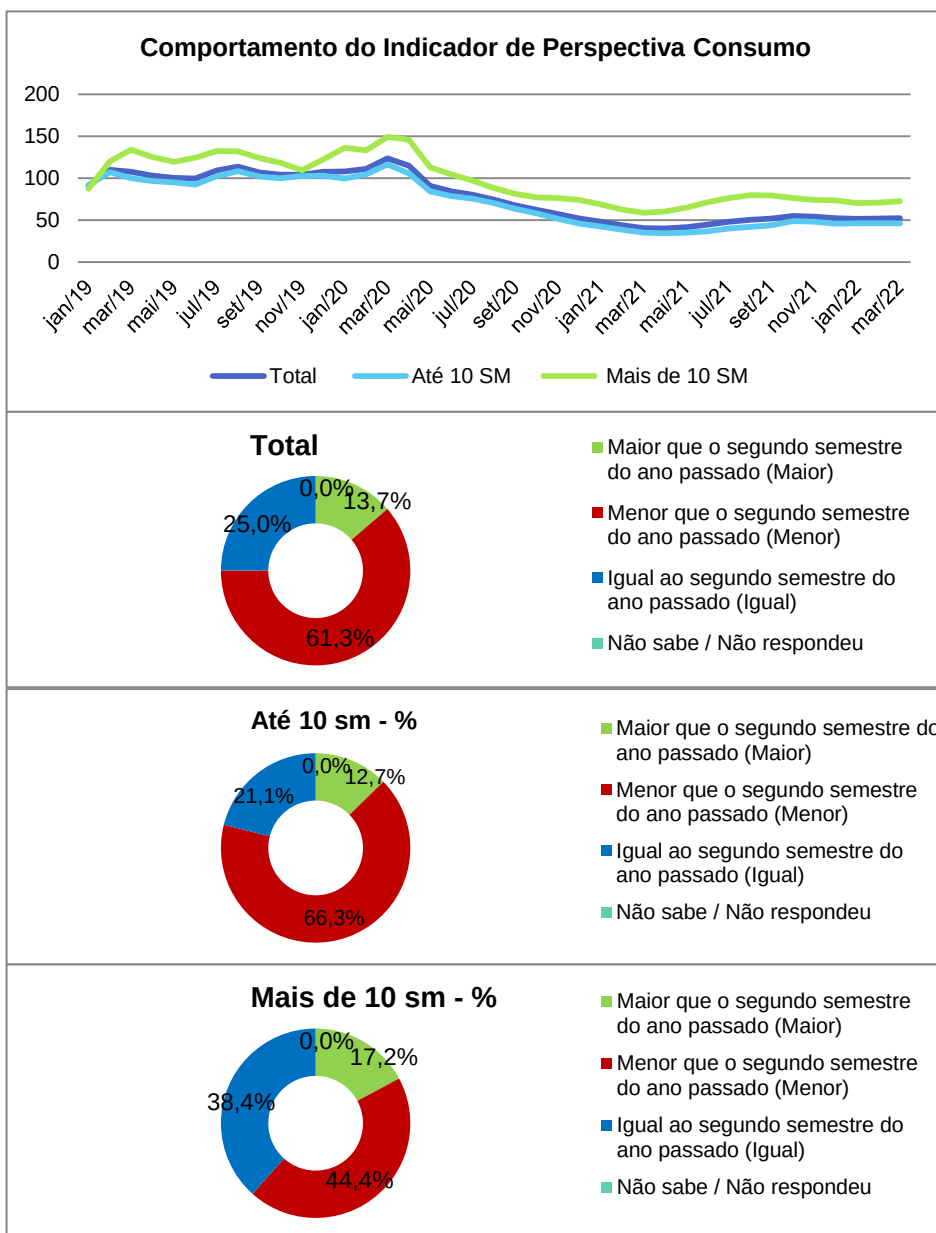
PERSPECTIVAS: PROFISSIONAL E CONSUMO

A **perspectiva de consumo** apresenta sinais de recuperação ao crescer pelo segundo mês consecutivo em março, alta de 0,8% diante do mês anterior. No comparativo anual, o índice acelerou o ritmo da recuperação ao crescer 29,4%, após alta de 17,8% em fevereiro e 7,0% em janeiro de 2022. A elevação das perspectivas de consumo é essencial para minimizar ou evitar quedas maiores do ICF e, ainda, possibilita que o consumo atual mantenha o crescimento caso essas expectativas sejam concretizadas.

Embora o resultado seja positivo, as famílias permanecem com nível de confiança das famílias sobre o consumo futuro negativo ao considerar o índice em termos absolutos, ao situar-se em 52,3 pontos. Outro ponto de destaque é que o nível do indicador ainda apresenta riscos futuro, pois a movimento pessimista pode persistir por diversos

meses, como foi observado durante a crise de 2016, quando chegou a atingir o fundo de apenas 35,9 pontos em junho de 2016 após um pico de 121,1 em novembro de 2014. Além disso, o índice está 52,9% menor que o período pré-pandemia, resultado que mostra que os impactos e as incertezas persistem.

Para 61,3% dos entrevistados as expectativas de consumo para os três meses seguintes são menores, valor similar ao apresentado no mês anterior



(61,5%). Com relação às faixas de rendas, a expectativa de consumo também é negativa para o grupo acima de 10 SM, mas os cenários são agravados para o grupo com até 10 SM, onde 66,3% das famílias têm previsão de consumo menor, enquanto 44,4% com renda maior afirmaram essa condição.

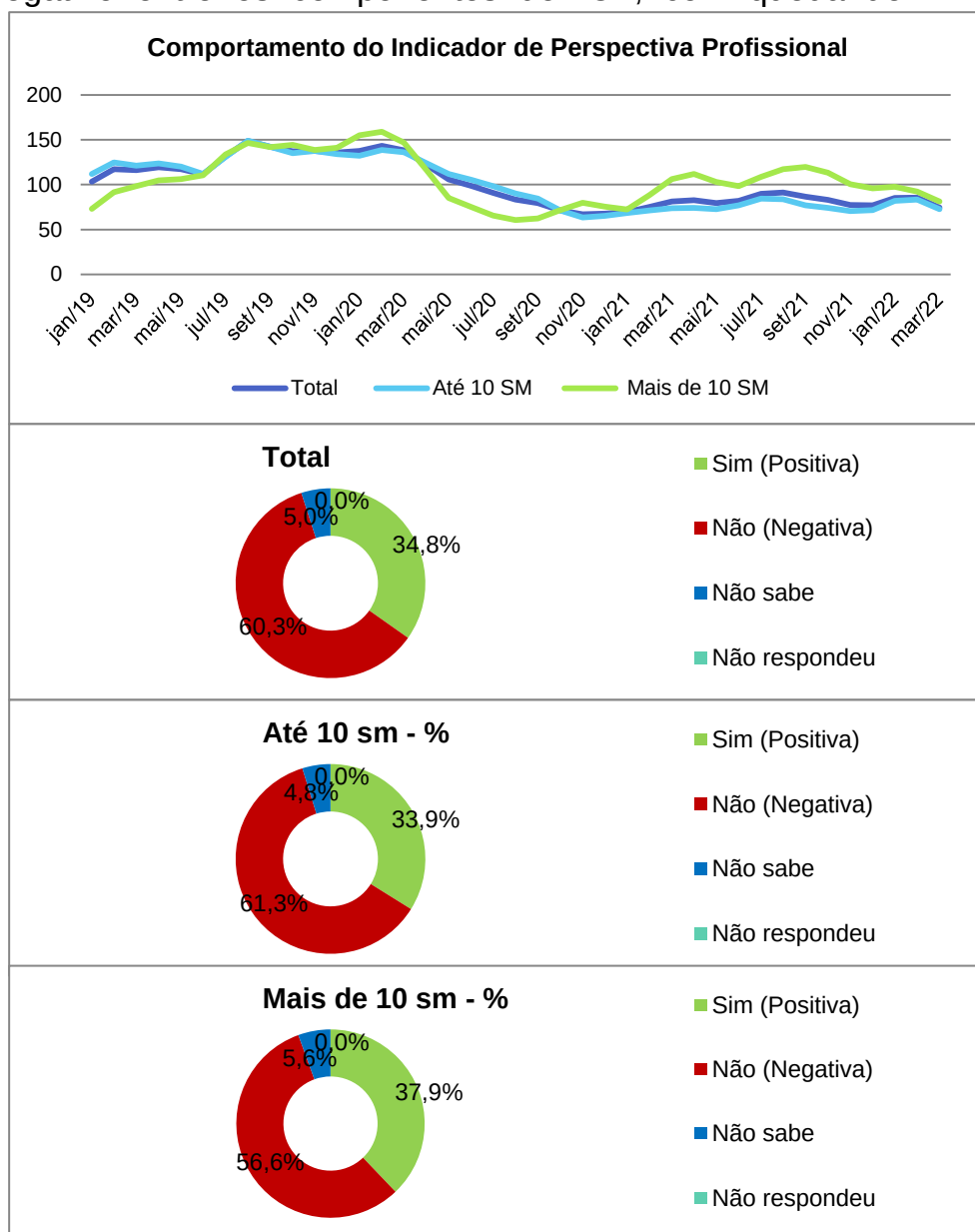
O indicador de **perspectiva profissional** voltou a retroceder em março e liderou o resultado negativo entre os componentes do ICF, com queda de 12,8%. Assim, o índice cessou a reação que foi esboçada nos dois últimos meses, e por isso, está 48,0% menor que no período pré-crise, com queda de 40,4%.

A taxa negativa também foi apresentada no comparativo com igual período do ano anterior, queda de 8,1%. Com esse resultado a trajetória de crescimento que ocorria desde agosto de 2021 foi cessada. Portanto, a perspectiva profissional permanece em nível de percepção pessimista, ao situar-se em 74,5 pontos.

A maior parcela das famílias (60,3%) demonstrou

uma perspectiva profissional negativa em março de 2022, alta de 5,7 p.p. frente ao mês anterior. São 34,8% que acreditam em perspectivas profissionais positivas no mês, queda de 5,3 p.p. diante do período anterior.

Em relação às faixas de renda, a perspectiva profissional das famílias com renda acima de 10 SM foi muito mais duramente impactada no início da



crise da pandemia, sendo o único indicador em que tal faixa ficou em patamar (60,7 pontos, ago/2020) inferior às faixas de renda familiar abaixo de 10 salários mínimos (90,1 pontos, ago/2020). Em março de 2022, essa condição já foi revertida e apesar de cair 12,0% na passagem do mês, o índice permanece superior a faixa de renda menor em níveis absolutos, ao situar-se em 81,3 pontos.

Já com relação à faixa de renda até 10 SM, as perspectivas profissionais continuam abaixo dos 100 pontos, mostrando tendência pessimista em relação à expectativa profissional, ao situar-se em 72,5 pontos. Ainda, o índice apresentava tendência de elevação durante os últimos três meses, mas retrocedeu 13,0% diante do mês, interrompendo a recuperação. Nessa faixa de renda menor, 61,3% dos entrevistados afirmam ter expectativa negativa para a profissão, enquanto na faixa maior, 56,6% indicam essa condição.

METODOLOGIA

Foram entrevistados na primeira semana do mês consumidores em potencial, residentes no Município de Florianópolis, com idade superior a 18 anos.

Para fixar a precisão do tamanho da amostra, admitiu-se que 95% das estimativas poderiam diferir do valor populacional desconhecido “p” por, no máximo 3,5%, isto é, o valor absoluto “d” (erro amostral) assumiria, no máximo, valor igual a 0,035 sob o nível de confiança de 95%, para uma população constituída de consumidores em potencial.

Preferiu-se adotar o valor antecipado para “p” igual a 0,50 com o objetivo de maximizar a variância populacional, obtendo-se maior aproximação para o valor da característica na população. Em outras palavras, fixou-se um maior tamanho da amostra para a precisão fixada.

Assim, o número mínimo de consumidores a serem entrevistados foi de 500, ou seja, com uma amostra de, no mínimo, 500 consumidores esperou-se que 95% dos intervalos de confiança estimados, com semi-amplitude máxima igual a 0,035, contivessem as verdadeiras frequências.